

O Hospital Agostinho Neto, na Praia, tem hoje uma imagem e uma funcionalidade muito diferentes daquilo que foi há 10 anos, bastas vezes denunciado pela comunicação social. Com uma série de problemas superados e outros em vias de solução, o HAN prepara-se para ser uma retaguarda a nível da prestação de cuidados de saúde no Sul do país.

Por: MARILENE PEREIRA



HOSPITAL AGOSTINHO NETO a caminho da

Fora das horas normais das enchen-tes, que ocorrem sobretudo no período da manhã, foi num Banco de Urgência praticamente vazio que **A Semana** encontrou Santa, que estava ali por causa “*de uma tosse e dor no peito*”. Coincidência ou não, menos de 15 minutos depois de chegar ela era atendida. Pelo que tivemos de continuar a conversa iniciada com Santa com uma colega sua, a Zezinha, ali pela mesma razão. Sendo frequentadora do BU, e sabendo que há dias e horas desaconselháveis, como a segunda-feira, Zezinha diz que, espera a mais espera a menos, tem sempre recebido “*um bom atendimento*”.

A mesma opinião tem Filó, que devido à doença mental de um irmão tem-se socorrido da Urgência, com frequência, para buscar apoio para ele. “*E toda a vez que venho aqui sou bem atendida*”.

“*Mas nem sempre foi assim*”, acrescenta Filó a seguir, reconhecendo a grande

conquista para os doentes que foi a reestruturação do BU. Uma reestruturação que não afectou pela positiva apenas a vida dos doentes, como deixa entender, orgulhosa, Ana Veiga, que trabalha com as fichas no Banco. “*Trabalho aqui há cinco anos e nos últimos anos o Banco ficou mais moderno, mais prático, com mais médicos e ganhou muito com a separação entre as urgências de adulto e infantil*”.

É por essas e outras que Ana Veiga fala, cheia de orgulho: “*Gosto muito de trabalhar aqui*”. Um orgulho compartilhado pelo seu colega do Banco de Urgência Infantil, Veríssimo Correia. Listando as conquistas do HAN nos últimos anos, ele é peremptório ao apontar o responsável por tanta mudança: “*A organização*”.

Mas, como não há bela sem senão, há sempre os pontos menos bons. Um deles é destacado por Adelaide, a trabalhar no HAN há vinte anos. “*As condições de fun-*

cionamento do hospital, mesmo a nível da Maternidade, um sector muito criticado, melhoraram demais. Entretanto, em termos salariais nós não conhecemos nenhuma melhoria”.

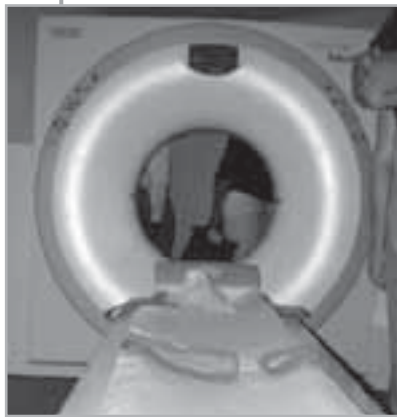
Se isto é verdade, é verdade, igualmente, que as condições de trabalho melhoraram muito, sendo destaque apontado por Veríssimo Correia a redução da carga horária dos funcionários em geral. Uma conquista que integra uma lista de outras tantas, concretizadas nos últimos três anos. E desta lista, como não podia deixar de ser, consta o início do funcionamento da enfermaria da cirurgia, mas também, “*a participação de todos os funcionários na vida do hospital, a direcção colectiva, o trabalho de interajuda entre os diferentes serviços. Tudo isto servindo para levantar o brio profissional dos funcionários*”, diz a directora do HAN, a médica Arcelinda Barreto.

Esta verdadeira revolução numa institui-

ção que, durante décadas, foi alvo de todas as críticas, não seria possível sem “*a melhoria das infra-estruturas, mais equipamento, mais formação e o recrutamento de mais funcionários*”. Só a título de exemplo, hoje o HAN tem 74 médicos cabo-verdianos, o que não deixa de ser uma grande conquista, sobretudo se se comparar com os números do ano da independência, quando todo o arquipélago tinha apenas 11 médicos nacionais. Hoje todos os concelhos têm pelo menos dois médicos, o que contribui sobremaneira para a melhoria dos cuidados de saúde da população.

Sendo assim, difícil é não se surpreender com as conquistas a nível dos serviços, com o HAN a ter hoje uma cozinha e uma lavanderia industrial – quem se lembra do tempo em que roupas de cama, que representavam riscos para as lavadeiras, eram lavadas a mão? – uma enfermaria de cirurgia capaz de responder às necessidades de todos os secto-

ÚNICO EQUIPAMENTO DE TAC



O único aparelho TAC existente no território nacional, pertencente ao serviço de Diagnóstico e Imagiologia do Hospital Agostinho Neto, está avariado e a reparação vai custar seis mil contos ao Estado cabo-verdiano. E até que seja reparado, os doentes que necessitem de fazer um diagnóstico mais preciso do seu estado de saúde, recorrendo ao TAC, terão que se deslocar ao estrangeiro, uma vez que não existe, nem no sistema privado, outro aparelho semelhante. Entre outras indicações, o TAC serve para detectar cancros ou aneurismas cerebrais.

O equipamento para a realização de Tomografia Axial Computorizada (mais conhecido pela sigla TAC) está, segundo a directora clínica do Hospital Agostinho Neto, Vanda Azevedo, já em reparação. “*Estava a funcionar ininterruptamente há dois anos e teve uma avaria. É um aparelho que faz muita falta e que é o único no país*”, assinalou a médica.

Os custos da reparação estão a ser suportados pelo Ministério da Saúde e ascendem a seis mil contos. Não se sabe quando o aparelho voltará a estar disponível. “*O TAC era utilizado para todos os que o necessitassem, e maioritariamente para a realização de exames crânio-encefálicos e torácicos*”, informou Vanda Azevedo.

O TAC é uma espécie de “*scanner*”, que permite criar imagens transversais do corpo em diferentes planos. É usado para detectar tumores, avaliando a sua localização precisa e o seu tamanho. Acidentes vasculares cerebrais, lesões cerebrais, torácicas e abdominais, hemorragias intra-cranianas são outros estados detectáveis através de TAC, um equipamento muito útil também para avaliar traumatismos internos resultantes de acidentes.

Para além de desfalcado de um importante aparelho de diagnóstico, o Centro de Imagiologia e Diagnóstico do HAN, na Praia, tem sido alvo das críticas dos utentes, que se mostram descontentes com a



NETO

excelência

res e a Maternidade, “que era para nós um bico de obra, com uma remodelação interna, que separou a obstetrícia da ginecologia, disponibiliza, hoje, 72 camas”.

Arcelinda Barreto reconhece, entretanto, que as condições da Maternidade ainda não são as ideais. Mas os problemas nesse sector, e também a nível da marcação de consultas, só vão ser resolvidos com a construção de novos edifícios, tanto para a maternidade quanto para a central de consulta. Obras que arrancam, segundo Barreto, já no próximo mês de Julho.

OS NOVOS DESAFIOS

Com todas as conquistas registadas, e pontos importantes a marcar ainda este ano, o grande desafio, agora, garante a directora do HAN, “é consolidar os ganhos e garantir a manutenção de tudo o que se conseguiu”. Uma tarefa que não é fácil, tendo em conta

a dimensão das infra-estruturas, a movimentação de pessoas e os recursos disponíveis, nem sempre suficientes.

E, por falar em recursos, só no ano passado o funcionamento do HAN consumiu 223 mil contos, o que não inclui o salário da maioria dos técnicos, uma quantia nem sempre fácil de conseguir via Orçamento do Estado. Entretanto, os dados mostram, o utente vai, pouco a pouco, se sensibilizando para a necessidade de participação que, no ano passado, representou 33 mil contos, o que representa cerca de 15% do orçamento do HAN.

Para ultrapassar as carências, sobretudo financeiras, e garantir o bom funcionamento do HAN, a direcção tem apostado na organização, como reconheceu o seu funcionário Veríssimo Correia, no início desta reportagem. Uma aposta baseada, entre outras coisas, na informatização dos serviços. “Este ano vamos dar o salto nesse domínio”, adianta

a directora do HAN, com a ligação em rede a ultrapassar os limites físicos do Hospital e chegar a serviços com os quais ele trabalha como, por exemplo, o INPS.

Entretanto, a responsável do “Agostinho Neto” reconhece que não bastam investimentos e organização interna para que o hospital da Praia conquiste a excelência desejada e se torne numa instituição de saúde de referência. Para tal é preciso outros serviços da saúde funcionarem, sendo uma necessidade a abertura dos Centros de Saúde iniciados na capital mas com obras paralisadas há mais de um ano.

Quando os Centros começarem a funcionar, garante Arcelinda Barreto, oferecendo uma série de serviços que podem incluir, até, partos, o HAN “será uma espécie de retaguarda” a situações para as quais os centros não tiverem resposta. Nessa altura estarão reunidas as condições para a tão procurada excelência.

UMA OBRA DE TODOS

Dar à história do HAN um roteiro tão diferente daquele que a comunicação social bastas vezes noticiou não foi obra única de governos, dirigentes e funcionários. As mudanças, faz questão de destacar a directora Arcelinda Barreto(foto), são, também, resultado do apoio de várias pessoas e instituições, nacionais e estrangeiras, começando pelo utente, que no ano passado contribuiu como mais de 33 mil contos no todo dos gastos do HAN.

E dentre os apoios e doações, que incluem a cozinha e a lavandaria industrial, por parte da Holanda, Arcelinda Barreto destaca um caso emocionante, o da Morgue. Durante muitos anos a transformar a morte numa situação mais triste do que é, o apoio da Paróquia da Praia, com quase 200 mil escudos, dos comerciantes da capital, e a mão-de-obra oferecida pelos lavadores de carro que trabalham em frente ao HAN deram dignidade à morte na Praia.

Entretanto, enquanto há uns que, mesmo com pouco, dão exemplo de solidariedade, há outros, a quem cabia pelo menos responsabilidade, que fazem todo o tipo de esquema para burlar o HAN, que afinal é de todos nós. É o caso das companhias de Seguros que, segundo deixa entender a direcção do hospital, valem-se de prerrogativas e subterfúgios legais para não assumirem as suas obrigações. Ou de cidadãos, como o caso de um piloto, que se valeu de um atestado de pobreza para não pagar os custos de um exame. Ainda assim, o Hospital Agostinho Neto é hoje uma imagem completamente diferente do que foi até tempos atrás.



AC DO PAÍS ESTÁ AVARIADO

demora na atribuição dos resultados dos exames. A **Semana** encontrou na manhã em que visitou o HAN quatro doentes que há cerca de um mês esperam os resultados de exames simples de diagnóstico, como Urina Tipo II (avalia o PH da urina, a presença de células estranhas, de glicose, albumina, entre outros) e hemograma (número de glóbulos vermelhos, leucócitos, plaquetas e hemoglobina). Fontes informaram-nos ainda que, “de vez em quando há exames que desaparecem”, o que obriga os pacientes a repetir os testes.

“Estava com sintomas de infecção urinária, sentia dores a urinar e um certo ardor. O médico mandou-me tomar uns medicamentos e fazer este exame [urocultura e urina tipo II], mas há mais de um mês que aguardo os resultados. Eu pergunto: será correcto me medicarem sem ter uma resposta? Será que não vão alterar os resultados do exame?”, disse um dos doentes contactados. Uma outra utente do HAN mostra-se incomodada pelo facto de ter que se deslocar todas as semanas ao centro de diagnóstico e “nunca ter os resultados prontos”. “Chego aqui e dizem venha outra vez para a semana. Eu vou e voltam a dizer-me a mesma coisa, semana após semana. Já é

complicado estar doente, mais ainda quando não sabemos qual é o nosso problema e vivemos neste constante adiamento”, considerou.

A directora clínica do HAN reconhece que há atrasos, que se devem a uma “solicitação muito grande” do laboratório. “Fazemos exames de todas as clínicas, não só do hospital. O movimento é muito grande para o número de técnicos e de equipamentos de que dispomos, o que dificulta muitíssimo o nosso trabalho”.

A instituição cobra apenas 50 escudos para a realização de qualquer exame, desde radiografias a ecografias e análises ao sangue, não podendo recusar pacientes indicados pelo sector privado já que em Cabo Verde vigora um sistema misto de saúde. Para minorizar os atrasos, Vanda Azevedo garante que está a ser implantado um programa de informatização, que “permitirá ter os resultados prontos em tempo mais útil”. “Infelizmente, não podemos renovar os equipamentos para algo mais moderno, mas podemos melhorar o software dos nossos computadores. Este processo está a ser um pouco demorado, mas acredito que vai agilizar o sistema”.

Rita Vaz da Silva

Director de S. Martinho apresentado ao Tribunal



O director da Cadeia Central de S. Martinho e um grupo de guardas foram detidos e apresentados esta semana ao Tribunal da Praia, por ordem do Ministério Público. Alegados maustratos infligidos aos presos poderão estar por trás desse episódio, de todo invulgar em Cabo Verde. A juíza Samira dos Anjos acabou, no entanto, por decretar a soltura de Carlos Graça e seus colaboradores mediante termo de identidade e residência. Graça vai ser entretanto suspenso das suas funções na sequência deste imbróglío que poderá pôr de sentido todo o sistema penitenciário.

Sexta-feira, 31 de Março de 2006

A apresentação esta semana do director da Cadeia de S. Martinho, Carlos Graça, e um grupo de seis guardas ao Tribunal da Comarca da Praia, para que lhes fosse legalizada a prisão efectuada pelo Ministério Público, caiu como uma bomba nos meios judiciais e não só. Inédito em Cabo Verde, estima-se que tal passo do MP esteja relacionado com as denúncias de maustratos em São Martinho. Um sinal de que as coisas não andavam muito bem por aquelas bandas terá chegado em Dezembro passado, aquando do motim ocorrido nessa penitenciária, do qual resultou um morto, alguns feridos e elevados prejuízos materiais.

Nessa ocasião foram ordenados dois inquéritos, um do Ministério Público e outro do Ministério da Justiça, cujas conclusões até hoje não foram divulgadas. Mas terá sido com base nas suas conclusões que o MP solicitou a prisão de Carlos Graça e de um grupo de seis guardas prisionais. Graça e quatro guardas foram ouvidos até altas horas da noite de quarta-feira, os restantes dois carcereiros ficaram para o dia seguinte, ontem. No fim, a juíza Samira dos Anjos entendeu soltar os visados mediante termo de identidade e de residência. Isto é, irão responder em liberdade às acusações ou suspeitas de que são alvo neste momento.

Até ao fecho desta edição não abundavam informações acerca desta ocorrência, o que levava muitos observadores a fazer as mais variadas conjecturas sobre o caso. Uns apontavam para o motim de São Martinho,

ocorrido no dia do Natal do ano passado, outros iam mais longe, reportando-se a “situações anómalas” que aconteceram antes deste episódio mediatizado na altura. É o caso de uma fonte bem situada deste jornal, para quem as razões que levaram a procuradora Kelly Sanhá Almada a solicitar a prisão de Carlos Graça e seus colaboradores nada têm a ver com o motim. “Têm a ver, sim, com coisas que se reportam ao período antes e depois do motim de Dezembro”, sublinhando o antes e depois, mas sem precisar no entanto o que se passa realmente.

Para Manuel Faustino, presidente da (Associação Zé Moniz), entidade que lida com a problemática dos direitos humanos e que conhece de perto a situação de S. Martinho, a detenção de Graça e dos guardas é um sinal de que o inquérito do MP terá chegado ao fim e que “as coisas estão a funcionar”, no sentido de se “apurar as eventuais responsabilidades” sobre o que se terá (ou tem) passado na Cadeia Central da Praia.

Note-se que, apesar das melhorias introduzidas na estrutura física da dita penitenciária, o tratamento dispensado aos presidiários tem sido alvo de críticas e denúncias. Fala-se também em mal-estar entre o director da Cadeia e alguns guardas, menos dados à disciplina imposta por Carlos Graça, um capitão das FA chamado para estabelecer a ordem na dita prisão.

Em suma, qualquer que seja a razão que levou o MP a solicitar a prisão de Carlos Graça e dos seus colaboradores,

isso coloca em posição de sentido todo o sistema carcerário cabo-verdiano, que tem de lidar, cada dia mais, com gente mais moldada para o crime. Por isso, não falta quem considere “excessiva” a medida do MP, que rodeou a prisão do director de São Martinho e dos seus colaboradores de um grande aparato policial – um importante número de responsáveis e agentes da Polícia Judiciária não arredou pé do tribunal enquanto Graça e seus colaboradores eram ouvidos pela juíza Samira Anjos. O número de horas que os arguidos tiveram de esperar pela decisão do tribunal também mostra o “espectáculo” criado.

Segundo uma fonte que recorreu ao fórum de “asemanaonline” para contar a sua versão deste imbróglío, na feitura do seu inquérito o MP nunca ouviu o director de São Martinho. “Foram ouvidos apenas os presos e uns guardas escolhidos a dedo. Mais, o director da Cadeia é notificado para, na qualidade de arguido, ser ouvido na Procuradoria, sem que lhe fosse indicado quem era o queixoso, qual o processo e quais os factos de que é indiciado. Fazem-lhe perguntas que responde dando a sua versão dos factos. No final assina a acta. Surpreendentemente, a gistrada do MP retira de dentro da gaveta da sua secretária um mandado de captura, que já tinha previamente elaborado e prende o director da Cadeia”.

Para a mesma fonte, a decisão de prender Graça e os guardas já estava tomada há muito. “O juízo quanto à matéria constante

dos autos (audição dos presos e de alguns guardas escolhidos a dedo...) já estava feito, de nada valendo o contraditório. Como acreditar num MP isento, imparcial e defensor da legalidade? O princípio da presunção da inocência, com dignidade constitucional, não tem valor para o MP? O princípio do contraditório também não vale? Ou esses dois importantes princípios enformadores do nosso CPP não são aplicáveis quando os arguidos são agentes da autoridade?”

E, prosseguindo, pergunta a mesma fonte: “O MP, ao prender o Director e quatro guardas prisionais, mediou as consequências que tal acto poderia causar na Cadeia? A alegria dos presos não poderia dar origem a outro motim? Não poderia ocorrer uma fuga colectiva? De quem seria a responsabilidade se tal ocorresse? Não deveria o MP, já que a decisão de os prender estava tomada há vários dias, prevenir a DGSP e o próprio MJ para que estes suspendessem o director da Cadeia e os guardas e nomeassem outros por questões de segurança da cadeia e da sociedade? Ou estas questões não devem merecer qualquer preocupação do MP?”

Em resumo, tudo indica que depois do ocorrido esta semana, nada será como dantes no mundo penitenciário de Cabo Verde. Entretanto, é bem provável que nas próximas horas Carlos Graça seja suspenso das funções de director da Cadeia de S. Martinho até que a sua situação seja esclarecida.

‘THUGS’ (LITERALMENTE) NAS MÃOS DA POP



A Polícia de Ordem Pública aperta cada vez mais o cerco aos jovens delinquentes da Praia, os chamados thugs. No passado fim-de-semana, a POP deteve mais 30 indivíduos nos diferentes bairros da capital, aumentando para 89 o total de detenções efectuadas em três semanas. A campanha anti-thug da POP vai continuar.

Pelo terceiro fim-de-semana consecutivo a polícia concluiu com sucesso a sua campanha. Desta vez, quatro Thugs viram o Tribunal da Praia legalizar a sua prisão preventiva. Nesta mesma operação, que envolveu a Brigada de Investigação e as Esquadras da Fazenda e de Achada São Filipe, a POP apreendeu oito facas, uma catana, dois revólveres, três tacos de padjinha e uma nota

falsa de cinco mil escudos.

Também durante o último fim-de-semana, a Polícia de Ordem Pública deteve, na ilha do Fogo, dois cidadãos da costa africana suspeitos de burla e falsificação de divisas. Os dois indivíduos, um nigeriano e outro senegalês, já foram apresentados ao tribunal da ilha, que legalizou a sua prisão.

Ainda no Fogo, no concelho dos Mosteiros, há o registo de um alegado caso de violação sexual a uma menor de 13 anos. A POP tomou conta da ocorrência, mas a suposta vítima recusou-se a efectuar o exame ginecológico, “por manter relações sexuais frequentes com o seu namorado (o presumível violador) há mais de um ano”.

Cabo Verde já tem TV privada

Cabo Verde porá no ar, nos próximos dias, a sua primeira televisão privada. Trata-se da TIVER, um canal proposto por um cadeia de rádio portuguesa e alguns empresários cabo-verdianos, e que, desde há uma semana, está a emitir imagens de teste a partir das suas instalações na Terra Branca, Praia - basta sintonizar o seu televisor a partir das 18 horas para assistir a duas horas de emissão experimental do novo canal.

A TIVER já tem autorização provisória do governo para começar a operar e deve arrancar em meados de Junho com emissões que, numa primeira fase, só vão cobrir a ilha de Santiago. Numa fase posterior, o novo canal vai paulatinamente alargar a sua cobertura a São Vicente, Sal, Fogo, Boa Vista, cobrindo assim todo o território nacional. De acordo com Rui Pereira, um dos promotores cabo-



A TIVER pretende ser um complemento à TCV

verdianos da nova estação, a TIVER “*está neste momento a experimentar as imagens e a testar os equipamentos, para logo de seguida dar início à formação dos técnicos e arrumação dos estúdios de produção que vão situar-se na Terra Branca. Portanto, falta apenas a parte formal, que é o início oficial das emissões*”.

ria por um serviço de comunicação e informação que se quer para o homem das ilhas. “*Esta estação não surge para se opor à TCV, mas sim como um complemento da televisão nacional. O nosso objectivo é fazer com que este canal seja uma peça estratégica no desenvolvimento do país e na formação da mentalidade dos cabo-verdianos*”.

Ainda segundo Pereira - que se escusou por ora a avançar mais pormenores sobre o novo canal de televisão - a TIVER vai operar na frequência UHF e propõe um produto novo, com tecnologia de ponta e equipamentos nunca vistos no país. Além disso, a nova estação quer oferecer uma programação que tenha em conta as questões prementes de Cabo Verde: o reforço da democracia, a potencialização da sua cultura e o desenvolvimento destas ilhas no seu sentido geral.

E com passagem obrigató-

JOÃO SERRA, ministro das Finanças e Administração Pública



Por: JOSÉ VICENTE LOPES

Na sua primeira entrevista como ministro das Finanças e Administração Pública, João Serra revela que o governo vai continuar a apostar fortemente na manutenção da estabilidade macro-económica. Não descarta medidas impopulares tanto a nível das Finanças como da Administração Pública, sector que entende passar por graves problemas de motivação. Afinal, apenas com uma máquina do Estado oleada e dinâmica Cabo Verde poderá responder cabalmente aos desafios que se colocam ao seu desenvolvimento. E sobre o tal crescimento de dois dígitos de que tanto se fala, ainda que possível, avisa que o mesmo poderá levar tempo a chegar, pois, como defende...

**“O crescimento económico
não é um fim em si”**

...está no Programa do Governo apresentado à AN o objectivo de, ao longo desta legislatura, termos um PIB de dois dígitos. Isso não significa, no entanto, que vai ser já no próximo ano. Ainda assim, é uma meta realista e possível.



A Semana - O programa do governo acaba de ser entregue à AN; em traços gerais, o que se prevê para o sector das finanças públicas?

João Serra - Em termos de finanças públicas, vai-se continuar com a política de manutenção dos eixos fundamentais da economia. Isto é, o défice público deve manter-se em níveis comportáveis com a estabilidade macro-económica, a inflação deve situar-se a níveis baixos e compatíveis com a garantia da manutenção do poder de compra da população, a dívida pública em relação ao PIB deverá situar-se em níveis comportáveis por forma a que os seus encargos não constituam um peso maior no Orçamento do Estado e em decorrência disso não comprometam o crescimento da economia. Vamos também continuar com a política de manutenção de um nível de reservas externas compatível com a paridade fixa do escudo face ao euro.

Ou seja, de um modo geral, vamos continuar com uma gestão rigorosa das finanças públicas e criar, cada vez mais, condições para que tenhamos um crescimento que, ao longo da legislatura, poderá ter dois dígitos.

- Mas ao manter-se o quadro de estabilização, isso não poderá funcionar como um travão ao crescimento da economia que se pretende neste momento?

- Nós pensamos de forma diferente. Veja, apesar de muitas dificuldades que o governo herdou em 2001, em que tínhamos uma situação de derrapagem financeira, conseguimos restabelecer os grandes equilíbrios macro-económicos, e ao mesmo tempo promover um vasto programa de investimentos públicos, crescendo com coesão social, qualidade ambiental... Estimativas que temos para o PIB em 2005 apontam para acima dos 7%. Isto é histórico, uma vez que esse crescimento é feito num quadro de estabilidade macro-económica.

Naturalmente que temos que tomar algumas medidas de fundo durante esta legislatura para consolidarmos os ganhos já obtidos e criarmos condições cada vez mais propícias para um crescimento económico que se quer robusto e que deverá traduzir-se na redução do desemprego e, na decorrência disso, na melhoria das condições de vida da população. Portanto, um crescimento económico traduzido na redução da pobreza é o principal objectivo deste governo, em termos de política geral.

- Concretamente, em relação à reforma das finanças públicas o que se pretende?

- Já no mandato anterior nós fizemos uma avaliação exaustiva da situação das finanças públicas e em decorrência disso empreendemos uma série de medidas que vão continuar nesta legislatura. Vamos, por exemplo, continuar com a criação de mecanismos que nos garantam uma gestão das finanças públicas cada vez mais rigorosa, transparente e eficiente. Vamos continuar a

combater a fuga e a evasão fiscais, concentrando a nossa actuação na inspecção tributária, com reforço significativo dos recursos humanos, implementação de novos mecanismos e procedimentos. Vamos também elevar os padrões de relacionamento com os cidadãos e as empresas no quadro da política fiscal.

Estamos a preparar um conjunto de



diplomas estruturantes neste domínio, a começar pelo Código Tributário, Código do Processo Tributário. Vamos também reformular os diplomas relacionados com a cobrança coerciva dos impostos devidos, já que temos praticamente concluído o novo Código Aduaneiro - é a primeira vez que vamos ter um Código Aduaneiro, que, portanto, moderniza toda a legislação respeitante à actuação das alfândegas. Vamos ter uma nova lei de enquadramento orçamental virada para a abordagem orçamento-programa que foi sempre um grande desiderato dos sucessivos governos em Cabo Verde e que está também a ser testado em vários países do mundo. Vamos ter uma nova lei de bases do sistema de planeamento.

Portanto, queremos que o planeamento se faça na perspectiva de busca de melhores

resultados. Tudo isso vai contribuir para um crescimento económico sustentável, robusto e que, como já se disse, deverá traduzir-se na redução do desemprego e da pobreza.

CRESCIMENTO

- O crescimento de dois dígitos de que fala o governo é para quando, tendo em

crescimento no mais curto espaço de tempo possível.

Mas, para nós, o crescimento não é um fim em si. É antes de tudo um meio para reduzirmos a pobreza e garantirmos o desenvolvimento do país. Por isso o crescimento, para ser robusto, terá que ser feito num quadro de garantia dos eixos fundamentais da economia. Caso contrário, não faria sentido. Já tivemos um ano em Cabo Verde em que houve um PIB de dois dígitos mas para que serviu se no ano seguinte não tivemos dinheiro sequer para pagar os funcionários, para além de incumprimentos graves, em termos de atraso com as dívidas que tínhamos? O crescimento de dois dígitos está ao nosso alcance, sim, vai-se trabalhar para ele, mas num quadro de robustez, e isso terá de acontecer o mais depressa possível.

- Apontou o sistema fiscal como o calcanhar de Aquiles do sistema das finanças públicas. Como é que o governo pretende evitar a evasão fiscal, por exemplo?

- A política fiscal compreende vários elementos. Um deles é a fuga e evasão fiscais. Não é admissível porque temos todos que contribuir, na medida do nosso esforço, para o desenvolvimento do país, para termos acesso aos chamados bens colectivos. Do ponto de vista da justiça social não é justo que uns paguem e outros não. Por outro lado, os contribuintes colectivos, ou seja, as empresas que pagam, ficam em desvantagem, isto é, em situação de concorrência desleal em relação às suas concorrentes que não pagam. Já fizemos alguma coisa durante a legislatura anterior, mas resta ainda muito a fazer.

Desde já, vamos informatizar toda a administração fiscal por forma a termos um cadastro de contribuintes actualizado e podermos acompanhar a situação de cada contribuinte 'online' a todo o momento e aí desencadear os mecanismos legais existentes para a cobrança de dívidas fiscais existentes. Portanto, o programa de modernização de processos continuará. Temos alguns apoios importantes dos nossos parceiros, nomeadamente a Holanda, a União Europeia, de modo que vamos acelerar essa questão.

Achamos também que, fazendo um trabalho de sensibilização e de melhor atendimento a nível da administração fiscal, poderemos dar alguma contribuição à consecução desse objectivo. Queremos ter uma administração fiscal mais próxima dos contribuintes, de todos os cidadãos de uma forma geral, e das empresas de uma forma particular, para que todos se sintam motivados a cumprir as suas obrigações fiscais. Vamos ter que tomar medidas para simplificação dos procedimentos existentes, minorando a burocracia. Estamos convencidos que feito isso teremos uma arrecadação mais condizente com a realidade fiscal do país.

- O Orçamento do Estado vai ser apresentado quando à AN?

Inflação e combustíveis

A partir do próximo mês vamos ter um novo índice de preços no consumidor. É uma questão técnica que levou algum tempo a ser equacionada pelo INE, que teve que se socorrer da assistência técnica externa, com todas as dificuldades daí advinentes, mas o trabalho de base está feito. Vamos ter um novo índice de preços no consumidor, baseado num cabaz que reflecte melhor a composição dos gastos das famílias com a alimentação, vestuário, alojamento etc.



- Ainda esta semana o Conselho de Ministros vai debruçar-se sobre as directivas do OE de 2006; feito isso, no prazo máximo de 30 a 45 dias, teremos a proposta elaborada. O mais tardar no início de Julho vamos discutir o OE na AN. À semelhança dos anos anteriores, queremos apresentar um OE de qualidade que reflecta as grandes opções em matéria de política do governo plasmadas no seu programa. Vamos apresentar também um OE realista, com bases factíveis e que sejam efectivamente exequíveis ao longo do ano.

- Já há metas?

- O nosso objectivo é ter um crescimento económico que poderá rondar os 8%. Veja, é o próprio FMI que está a prever, no seu relatório de Setembro passado, um PIB em Cabo Verde de 7,7%, e quando o FMI faz essa previsão é possível que tenhamos um crescimento superior.

Estamos neste momento a discutir, com bases científicas, qual vai ser a taxa de inflação, que deverá situar-se entre 1% e 1,5%. O défice público total em relação ao PIB deverá situar-se em níveis compatíveis com a garantia da estabilidade da paridade fixa da nossa moeda face ao euro, ou seja, não deverá ultrapassar os 3,5%. A dívida pública total, particularmente a de curto prazo, não deverá ultrapassar os 80% do PIB previsto; as reservas internacionais para a importação de bens e serviços transaccionáveis deverão situar-se entre três e quatro meses de importação.

Portanto, são estas as metas que nós fixámos em termos macro-económicos. Naturalmente vai ser um OE de crescimento económico e para a debelcação da pobreza.

- Do ponto de vista fiscal, os níveis de cobrança mantêm-se ou pensa-se numa redução?

- Na anterior legislatura o governo tomou medidas importantes em termos da carga tributária. Reduzimos o IUR a pessoas colectivas para os contribuintes de método de estimativa, ou seja, os pequenos con-

tribuintes, de 35% para 20%; reduzimos a carga fiscal dos contribuintes do método de verificação de 35 para 30%; fizemos também uma autêntica revolução em termos de retenção na fonte do IUR para pessoas singulares com perdas de cerca de 200 mil contos nos cofres do Estado, de modo que vamos continuar com o mesmo nível.

- Mas isso não aconteceu por causa do ano eleitoral?

- Não, foi uma medida consciente. Havia realmente muita injustiça. Os que menos ganhavam quase que estavam a pré-financiar o Estado, enquanto os que mais ganhavam estavam a ser financiados pelo Estado. Era uma justiça que estava a ser reclamada pelos trabalhadores e seus sindicatos; nós, reconhecendo isso, repusemos a justiça.

Mas estamos a criar condições para pouco a pouco reduzir a carga fiscal, e isso terá de ser feito de forma paulatina para não comprometer as despesas que necessariamente temos de fazer em sectores sociais, como os da educação, saúde, segurança social - aqui vai haver uma autêntica reforma, a começar já pelo regime não contributivo, etc. Mas para este ano, em termos de política fiscal, a nossa preocupação maior é o combate à evasão fiscal.

- Verifico que o governo prevê uma inflação de 1,5 a 2%; tendo em conta que temos estado num ciclo de deflação, o que vos leva a prever uma inflação nesse nível?

- Isso decorre da actividade económica que está a acelerar-se. Há mais liquidez à disposição da economia e da população de uma forma geral, mas decorre sobretudo da inflação importada. Estamos inseridos na economia mundial e qualquer choque nos afecta também. Por causa do choque petrolífero, que afectou em parte a nossa economia no ano passado, continuamos a ter uma situação de alta de preços no mercado internacional, de modo que vamos ter que repassar alguns custos daí advinentes para os consumidores, e julgamos que a taxa da

inflação poderá aumentar. Mas veja 2% ou mesmo 3% são taxas de inflação de países desenvolvidos.

- Por falar em inflação, há muitos anos que se aguarda pela mudança do cabaz de compras para o cálculo do índice de preços. Em que pé isso está neste momento?

- A partir do próximo mês vamos ter um novo índice de preços no consumidor. É uma questão técnica que levou algum tempo a ser equacionada pelo INE, que teve que se socorrer da assistência técnica externa, com todas as dificuldades daí advinentes, mas o trabalho de base está feito. Vamos ter um novo índice de preços no consumidor, baseado num cabaz que reflecte melhor a composição dos gastos das famílias com a alimentação, vestuário, alojamento etc. O cabaz actual é de 1988 e está ultrapassado. Mas devo dizer-lhe que, segundo cálculos feitos pelos especialistas, a taxa de inflação não vai sofrer grandes alterações por causa do novo cabaz. De todo o modo o que conta é o futuro e é com base nos valores apurados que iremos continuar a materializar a nossa política de rendimentos e preços e negociar com os parceiros sociais.

- Referiu-se há pouco aos combustíveis. Como é que as coisas estão neste momento, em termos de custos, já que este é um sector que costuma consumir uma boa parte dos recursos do Estado?

- Efectivamente, o Estado tem praticado uma política diferenciada em termos da absorção do choque externo quando há subida dos preços do petróleo no mercado internacional. Contudo, reconhecendo a precariedade da situação dos nossos operadores económicos e também da população, mormente as camadas mais desfavorecidas, temos assumido conscientemente alguns custos resultantes do aumento do preço de petróleo nos mercados internacionais, mas temos que repensar isso. Isso tem onerado sobremaneira o OE - até porque na economia não há almoços gratuitos. Quando se

subvenciona de um lado falta dinheiro noutra lado para fazer outras coisas que inclusivamente podem ser mais interessantes.

- Continuando a haver "subsídios" do Estado para as petrolíferas, isto significa que a inflação que temos continua a estar longe da realidade, ou não?

- Em parte sim, porque o Estado subvenciona alguns produtos derivados do petróleo. Mas a nossa política, que está vertida no Programa do Governo, tem a ver com uma melhor focalização desses subsídios. Actualmente subvenciona-se um produto petrolífero e todos têm acesso a ele, independentemente do seu poder de compra. Isso, do ponto de vista social, não é correcto, por serem recursos públicos que poderiam ter uma alocação com mais qualidade. Por isso, decidimos focalizar os diversos subsídios que concedemos.

Vamos fazer com que, de forma progressiva, os preços reflectam os custos no mercado, mas amortecer o impacto disso junto das camadas mais desfavorecidas, atribuindo-lhes, por exemplo, um cupão em que tenha acesso a determinadas quantidades desses bens a preço subvencionado pelo governo. Ou seja, deixa de haver uma política de "subsidição" generalizada e isso tem maior efeito porque vai atingir aqueles que realmente necessitam. Com isso fica-se com mais recursos para a implementação da nossa política social, nomeadamente na educação, na saúde, na segurança pública, mas também para contribuirmos na quota-parte que nos cabe na infra-estruturação do país.

- O que acaba de dizer significa, na prática, uma reanálise tentada pelo governo, mais concretamente pelo seu antecessor Carlos Burgo, de parar de "subsidiar" os combustíveis ou não?

- Deram-se passos importantes, mas, dado o seu impacto, este é um tipo de medida que não pode ser tomada de uma só vez. Tem de ser feito de forma faseada e com cautela por forma a evitar rupturas

sociais e complicações enormes junto dos operadores. O princípio é fazer com que os preços flutuem em função dos mecanismos de mercado. Não conseguimos isso de todo, é certo, mas demos passos importantes.

Mas, como já disse, a intenção é focalizar essa política de subvenção em função do poder de compra de cada camada da população. Para as camadas que realmente não têm outra forma de ter acesso a esses serviços - a energia, que é considerada fundamental para a debelação da pobreza - o governo terá que amortecer esse impacto assumindo, de forma diferenciada e focalizada, esses custos. Portanto, é um avanço em relação ao modelo que está actualmente em vigor, que por si já é mais avançado em relação ao que existia antes de 2001.

PRIVATIZAÇÃO

- Além do sector petrolífero que consome grandemente os recursos públicos, há também empresas que ao longo dos tempos contribuíram para o aumento da dívida interna. É verdade que o governo anterior liquidou a Empa e a Transcor, mas há ainda outros casos críticos. Nesta situação consta que está a TACV. É isto verdade?

- Efectivamente tivemos que tomar uma posição, considerada na altura impopular, de eliminar empresas que estavam a onerar o Estado. Isso foi feito e hoje estamos a ver que foi uma política acertada.

Em relação à TACV, a questão não se põe em relação a uma subvenção directa por parte do Estado. O que se fez foi assumir alguns passivos que a TACV acumulou ao longo dos anos por forma a viabilizarmos a empresa, passivos esses que foram compensados com cedência contabilística do património do Estado junto da ASA. A TACV tinha dívidas que não estava a conseguir pagar à ASA e, de forma clara, assinou-se um protocolo entre as duas empresas dizendo que a assunção desses passivos é por conta da subvenção das linhas internas que são manifestamente deficitárias. E limitámos também o âmbito temporal dessa subvenção, que vai até ao ano de 2005. Portanto, em termos de caixa, não saiu nada dos cofres do Estado.

O nosso objectivo é privatizar a TACV. É por isso que ela está a passar por uma reestruturação conducente à sua privatização, continuando todavia como companhia de bandeira e aí teremos que acautelar os interesses públicos inerentes mas fazendo com que a TACV dependa cada vez menos da subvenção do Estado. Aliás, há já algum tempo que ela não recebe nada do Estado.

- Falando em privatização, o que falta para Cabo Verde cumprir o seu programa neste domínio?

- Efectivamente, discutimos com os nossos parceiros, um programa amplo de privatizações das poucas unidades que ainda restam para serem privatizadas e vamos cumprir o acordado. Tivemos algumas dificuldades, uma vez que as unidades restantes, objecto de privatização, não eram as mais fáceis. É o caso da TACV, que estava praticamente em situação de falência técnica, além de que o panorama internacional não era propício nem razoável para a privatização da TACV.

Temos também a "externalização" de algumas actividades ligadas a infra-estruturas portuárias. Aí não se vai fazer uma privatização no seu sentido clássico. Pelo contrário, vai-se proceder à concessão de determinadas actividades a cargo da Enapor e privatizar actividades puramente comerciais, por



exemplo a estiva. A estiva não é uma actividade que requer qualquer tipo de intervenção pública porque pode ser feita, sem se ferir os interesses públicos, de forma ainda mais eficiente pelos privados. Isso tudo deverá ser feito ao longo deste mandato.

Dentro de dois anos temos todo o processo concluído. Os estudos de base estão feitos e levaram muito tempo porque são dossiers sensíveis. Tínhamos que ter uma autoridade de regulação que não havia e criámos o Instituto Marítimo Portuário, que vai exercer a regulação. De modo que não nos resta muita coisa a privatizar ou a externalizar. No Programa do Governo consta que vamos concluir este dossier no prazo máximo de dois anos.

- Também se fala para breve trecho

na privatização da Emprofac, Inpharma, e que até o Estado vai alienar as acções que ainda detém na Enacol. Corresponde à verdade?

- Sim, é verdade. Vamos fazer isso, mormente agora que já temos a Bolsa de Valores a funcionar, até como forma de lhe conferir maior dinamismo e fazer com que os aforradores tenham alternativas de colocação das suas poupanças. São sectores em que a presença do Estado deixou de ser fundamental.

- Em relação à Interbase, em que pé está o negócio neste momento?

- Em relação à Interbase lançou-se um concurso para a sua privatização. Escolheu-se, com base em critérios previamente definidos, o vencedor, um consórcio hispano-caboverdiano. Infelizmente, até agora, esse consórcio

não conseguiu realizar o pagamento, de modo que tivemos de prescindir dele, fazendo-o no entanto assumir as suas responsabilidades decorrente do não cumprimento das suas obrigações. Estamos agora num processo de procura de um outro investidor.

Este é um sector que não está actualmente a ser muito atractivo dado à crise por que passa na presente conjuntura. Mas vamos continuar a procurar um investidor porque não é interesse do Estado ter presença na Interbase, tanto mais que é uma empresa deficitária, que exige recursos públicos por causa do papel que cumpre para a viabilização da indústria pesqueira em Cabo Verde, mormente na ilha de São Vicente, daí o cuidado de não nos desfazermos da Interbase de qualquer forma.

"A Bolsa está a revelar-se mu

- Voltemos ao sector financeiro. Corresponde à verdade que novos operadores estão a caminho?

- Como sabe, demos muita importância ao mercado de capitais, criando condições para sermos uma praça financeira de referência, tanto a nível sub-regional como internacional. E uma delas foi a reabertura da Bolsa de Valores em novos moldes. Tínhamos lá um elefante branco, que consumia recursos avultados do Estado e com alguns parasitas que não faziam nada e que urgia pôr termo. Apesar de ter apenas alguns meses de actividade, estamos a ter uma Bolsa que está a revelar-se muito dinâmica, com muita projecção e que está a ser muito procurada. Vamos continuar com isso, dando a atenção devida à BVC.

Neste sentido, vai haver a reformulação e melhoria de alguns aspectos do mercado de capitais. Temos já pronto o projecto do novo Código de Valores Mobiliários, que vai contribuir grandemente para a dinamização do mercado de capitais. Temos, inclusive, vários pedidos para o estabelecimento de fundos em Cabo Verde e também para a criação de novos bancos. Ainda na semana passada saiu no BO a autorização de uma instituição financeira internacional, a Eurofin, cujo capital social e superior a 500 milhões de euros.

Julgo que já temos condições e vamos criar as que estão em falta para darmos o impulso que queremos que seja muito forte para a dinamização da actividade financeira em Cabo Verde. A prova disto é a redução das taxas de juros. Hoje em dia pode-se negociar taxas inferiores a 9% junto da banca, anteriormente as taxas eram de 14% ou mais. O próprio Estado está a ganhar com isso. Estamos a emitir títulos de dívida pública a menos de 5% de longo prazo e de curto prazo a menos de 3%. Isto é uma autêntica revolução, com ganhos importantes para o país, tudo isso por causa da chamada política de estabilização macro-económica. Veja, quando o Estado não recorre muito ao sector bancário e ao sector financeiro para financiar as suas necessidades deixa mais recursos para os privados e em decorrência disso há margem para a redução das taxas de juros. Portanto, vamos continuar neste sentido.

Além do novo Código de Valores Mobiliários de que já falei, vamos desenvolver outros produtos financeiros, vamos também enquadrar as actividades da micro-finança. Pela primeira vez, estamos a desenvolver o mercado secundário de obrigações, mormente de dívida pública, já cotamos as obrigações do tesouro na BVC. Estamos a ter assistência técnica, no quadro do MCA, para desenvolvermos o mercado secundário da dívida pública...

Julgo que futuramente tanto os operadores económicos como os pequenos aforradores, ou seja, a população de uma forma geral poderá ter produtos alternativos tanto para o financiamento das suas necessidades de investimento como para

aplicação das suas poupanças.

- É suposto que Cabo Verde conseguiu, nos últimos cinco anos, fazer o trabalho de casa recomendado pelo FMI. E, tendo em conta que o país precisa de continuar a relacionar-se com as instituições de Breton Woods, quais são neste momento os pontos sensíveis ou críticos desse relacionamento?

- Quando assumimos o governo em 2001 tivemos que negociar com os nossos parceiros, particularmente com o FMI, um programa de ajustamento estrutural. Isto porque na situação macro-económica em que Cabo Verde se encontrava não era possível atrair investimentos externos, não se podia mobilizar recursos junto dos parceiros porque não acreditavam na boa utilização desses recursos por parte de Cabo Verde. Mas, graças às medidas que tivemos de adoptar, conseguimos implementar com sucesso os compromissos acordados com o FMI no quadro PRGF (Programa de Facilidades do Crescimento e Redução da Pobreza) e foi o próprio FMI que fez uma avaliação muito positiva da situação de Cabo Verde em 2005 e nos comunicou que já não precisávamos de um programa de ajustamento clássico.

E, ainda segundo o FMI, Cabo Verde atingiu um grau de maturidade que dispensa qualquer tipo de acompanhamento cerrado por parte dessa instituição, propondo-nos, em contrapartida, um novo instrumento de cooperação, instrumento esse que está ainda a ser testado pelo FMI porque não foi ainda aplicado a nenhum outro país. Esse instrumento denomina-se BSI. É um instrumento de suporte ao desenvolvimento que enfatiza as suas questões estruturais. Já não visa 'tout court' o restabelecimento dos grandes equilíbrios macro-económicos, mas apoia o país beneficiado, neste caso Cabo Verde, na realização de reformas estruturais conducentes à aceleração do crescimento económico e à redução da pobreza. É nesse quadro que virá em Abril uma missão importante do FMI para ultimar connosco esse novo instrumento, que está a ser negociado desde o ano passado, e eventualmente assiná-lo. Cabo Verde é um dos três países escolhidos pelo FMI para a sua aplicação.

- Quais são os outros países?

- Maurícias e a África do Sul. Portanto, estamos o mesmo nível, neste momento, desses dois países, embora eles estejam muito mais avançados do que nós a nível da economia, da infra-estruturação, etc.

- E com o Banco Mundial?

- Com o BM, Cabo Verde conseguiu ganhos importantes, com mais de uma década de financiamento de projectos. Aqui também devido à garantia que demos em termos de rigor na gestão das finanças públicas. Diante do nosso desempenho, conseguimos fazer a transição de ajuda sob a forma de projectos para a ajuda orçamental, que é de longe melhor, já que o desembolso é feito numa única tranche, com ganhos importantes para o país. O BM inspirou e encorajou outros países e



organizações multilaterais a aderirem a esse mecanismo.

Hoje temos um memorando de entendimento nesse sentido com a União Europeia, Holanda, a Áustria e a Espanha já manifestaram igual abertura, estamos também a sondar Portugal no mesmo sentido. Entendemos que devemos ir rapidamente para essa modalidade porque ajuda muito.

- Mas isso implica uma maior responsabilização por parte da adminis-

tração pública cabo-verdiana, não?

- Sim, é verdade. Mas veja que nós demorámos quase um ano a criar as condições para a ajuda orçamental em termos de mecanismos e procedimentos condizentes com essa ajuda, que é muito mais exigente em termos de prestação de contas. Estamos a prestar contas trimestrais à AN, tivemos que recuperar as Contas do Estado em atraso. Num único ano conseguimos apresentar contas referentes a seis anos, ainda no mês de Fe-

MCA

- Como estão as possibilidades de Cabo Verde de conseguir um novo pacote junto do MCA?

- Como sabe, Cabo Verde foi seleccionado para apresentar a sua proposta, o que nós chamamos MCA II. Concorremos com um conjunto de países mais avançados, como são os casos do Brasil, Argentina, Colômbia, Peru, Equador, Tunísia, e fomos seleccionados, tendo por base um conjunto de critérios muito mais apertados, visto que concorreremos desta vez com Países de Desenvolvimento Médio. Ficámos muito bem classificados no critério democracia e Estado de direito, ficámos também muito bem posicionados no critério que tem

a ver com o investimento na classificação no critério da ver junto do MCC, que é a MCA, como ter acesso a fun-

Devo dizer que não se av não está bem ciente de com que já havia sido seleccionado o MCC, e pode crer que vam o máximo proveito possível d cessidade de apresentarmos mais depressa possível. Se o

Muito dinâmica"



vereiro apresentamos contas (provisórias) referentes à execução orçamental de 2005, temos ainda que aprovar uma série de diplomas que nos garantam uma aplicação com qualidade, transparência e rigor dos fundos públicos.

É por isso que vamos ter uma nova lei de enquadramento orçamental, uma nova lei de bases do OE, um Código de Mercados Públicos, que vai disciplinar todas as aquisições públicas, tanto de bens como de serviços... Estamos a

informatizar toda a gestão financeira (o programa SIGOV), estamos a empreender reformas importantes na Contabilidade Pública, vamos ter o figurino de controlador e ordenador de despesas, etc.

A ajuda orçamental é muito boa, mas é muito exigente, mas nós assumimos isso como um desafio ao nosso alcance. Já ganhámos a primeira etapa e vamos continuar a fazer os possíveis para continuar a merecer a confiança dos nossos parceiros.

as pessoas e razoavelmente bem liberdade económica. Estamos a entidade que gere os fundos dos fundos complementares.

ançou muito porque o próprio MCC no proceder em relação a um país o, daí que estamos em diálogo com os fazer os possíveis para tirarmos essa nova selecção. Se houver nem um novo programa vamos fazê-lo o MCA II for um só complemento ao

MCA I vamos também ver quais as áreas que devemos reforçar. Como já disse, está tudo em aberto, estamos em diálogo permanente com Washington, e vamos dar a máxima atenção a esse dossier para beneficiarmos do maior número possível de verbas que possam beneficiar Cabo Verde.

- Ou seja, neste momento, não é seguro que Cabo Verde possa ter um segundo pacote, não é?

- Seleccionados já fomos, agora como chegar lá o próprio MCC não sabe. O MCC também está na fase de conquista do seu espaço, de afirmação, de definição dos princípios, etc. No momento oportuno agiremos em conformidade.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Mudanças urgentes

- Em relação à administração pública, vou-lhe colocar a seguinte questão: por altura da formação do governo era tido que João Serra estava fora. Afinal, não só continuou nas Finanças como acabou reforçado com um sector que toda a gente considera crítico que é a Administração Pública. Em primeiro lugar por que decidiu permanecer no governo e em segundo lugar como é que pensa tirar a Administração Pública do atoleiro em que parece estar?

- Quanto à primeira questão, efectivamente, cheguei a manifestar o desejo de não ser reconduzido neste novo governo por razões pessoais. Mas houve muita pressão, posso mesmo dizer que houve um forte engajamento da sociedade civil, para que eu continuasse, e isso acabou por me convencer a continuar a dar a minha contribuição. Isto porque as medidas que tomámos são hoje reconhecidas como algo bom para o país. E como patriota que sou, e havendo esse chamamento do meu país para que eu continue a dar a minha contribuição, achei por bem continuar a assumir esse desafio.

Em relação à Administração Pública acho que a opção de juntá-la com as Finanças é correcta. O objectivo disso tem a ver com a gestão global dos recursos públicos, através de uma gestão integrada, sistémica e global dos recursos públicos. Efectivamente, as Finanças têm muito a ver com a Administração Pública. Basta ver que o pagamento dos salários, os casos de ascensão na carreira, vertical ou horizontal, as reformas, etc. passavam pelas Finanças.

Mas a preocupação maior tem a ver com o impulso que se quer dar à AP porque, se não vencermos a batalha de termos uma AP ao serviço do desenvolvimento, poderemos ter muitas dificuldades na construção de um país moderno, competitivo, atractivo, etc. Há reformas importantes a serem continuadas e outras novas feitas na AP. Desde logo temos que aumentar o nível de produtividade dos servidores públicos, já que em muitos sectores ela, a produtividade, é mesmo baixa.

E, para o efeito, temos que reformular o mais depressa possível o sistema de avaliação no desempenho; é uma das prioridades do governo e do próprio ministro neste particular. Temos que rever rapidamente o PCCS que está desactualizado e descontextualizado das exigências, temos que melhorar o nível de atendimento dos serviços que os servidores públicos prestam. Naturalmente que é um processo que vai levar o seu tempo, como sabe, o mais difícil é mudar a mentalidade, mas temos que enfrentar esta batalha.

Temos ainda que incutir, pouco a pouco, com acções de formação, mas também com mais motivação material, nos nossos servidores de que estão lá para servir e servir bem. Há muitas reclamações dos utentes de uma forma geral e dos operadores económicos de forma particular, e temos que vencer a inércia e a demora que existe na AP, em termos de atendimento célere e em tempo útil. Hoje em dia o tempo é um elemento fundamental da gestão e da produtividade, e como tal deve ser encarado.

Já temos algumas ideias ainda que preliminares, vamos socializá-las e tomar as medidas que se impõem o mais rápido possível. Naturalmente que muitas delas não serão populares, mas devemos funcionar com base nos interesses do país. É o próprio ditame do processo de desenvolvimento que exige que tenhamos uma AP mais célere e eficiente, melhor atenedora dos utentes, de modo que vamos ter que tomar essas medidas, envolvendo os servidores públicos, os agentes económicos, etc.

Está a prever despedimentos? É que uma das ideias que se têm é que há excesso de gente na AP.

Essa crítica, julgo, não é de todo justa. A AP não está com excesso de pessoal no seu todo, o que lhe falta é pessoal melhor distribuído e melhor capacitado e talvez mais motivado. Já temos uma base de trabalho muito boa, que é o levantamento dos nossos servidores públicos, sabemos onde estão, vamos ter que apostar na qualificação profissional para obedecer a critérios mais exigentes.

- A tal Casa do Cidadão que o governo tanto alardeou no mandato anterior é para quando?

- Ainda este ano vamos ter uma Casa do Cidadão a funcionar na Praia, por ser o centro urbano de mais demanda. Mas, como deve imaginar, este é um processo muito custoso, que implica investimentos avultados. Infelizmente, Cabo Verde não tem recursos para atender a todas as suas necessidades e para fazer o que este governo particularmente gostaria. Mas vamos dar o primeiro passo criando a primeira CC aqui na Praia.

AGOSTINHO LOPES COLOCA CARGO À DISPOSIÇÃO

Julho é o mês escolhido pela Direcção Nacional do MpD para realizar a sua próxima convenção. Uma convenção extraordinária electiva que deve também definir os rumos a imprimir ao partido nos próximos tempos. Jorge Santos e Ulisses Silva, mas também Olavo Correia, Eurico Monteiro e até Carlos Veiga, são nomes de que se fala, aberta que se encontra a disputa da liderança no MpD. Mas, atenção, apoiantes de Agostinho Lopes entendem que ele deve manter-se na corrida.



MpD procura nova liderança

Agostinho Lopes colocou no último fim-de-semana o cargo de presidente do MpD à disposição dos membros da Direcção Nacional, cumprindo assim uma norma observada pelos grandes partidos em países de democracia. Isso quando o discurso da "fraude", evocado por Lopes e Veiga no fim do último ciclo eleitoral, chegou a levar alguns observadores a prever que o ainda líder do MpD se absteria de dar esse passo. Colocado porém o cargo à disposição dos conselheiros, AL e os seus colegas de liderança mantêm-se em funções até que sejam eleitos os novos órgãos do partido.

Com carácter electivo, a Convenção extraordinária ficou convocada para os dias 21, 22 e 23 de Julho. Uma comissão eleitoral, integrada por Teófilo Figueiredo, Janine Lélis, Teresa Amado, José Luís Santos e Fernando Jorge Borges, vai

tratar de organizar o processo. A primeira reunião da comissão está marcada para a próxima quinta-feira, 06, altura em que ficarão definidas algumas regras, de molde a evitar certas situações ocorridas na última Convenção.

A próxima Convenção, essa, servirá não só para eleger a nova liderança do MpD, como também definir os rumos que o partido deverá adoptar a partir dessa altura, caso for eleito um outro líder que não Agostinho Lopes. É que este, apesar de ter colocado o cargo à disposição, continua a contar com apoios dentro do partido, que insistem no seu nome, para não verem o MpD, segundo tais sectores, entregue a Jorge Santos ou a Eurico Monteiro, tidos ainda como "dissidentes". Estes "puristas" tão-pouco reconhecem capacidade a Ulisses Santos ou a Olavo Correia para comandar o barco ventoinha. Isto, apesar

de AL ter defendido que é chegada a hora de se "produzir um novo projecto e proceder a uma nova arrancada", a tempo ainda de ser aplicado nas autárquicas de 2008, portanto daqui a dois anos.

No meio do perfil que já se está a esboçar para o sucessor de Agostinho Lopes, o nome de Carlos Veiga volta à tona como o "candidato de consenso", o único capaz de unir e meter na ordem as várias tendências existentes no interior do MpD. Há até quem veja Veiga como uma espécie de solução provisória, igual à adoptada pelo PAICV nos finais dos anos noventa, quando Pedro Pires reassumiu o partido, criando depois condições para o surgimento de um novo líder, que acabou por ser José Maria Neves.

Assim, dentro de tal estratégia, caberia a CV aguentar o partido nos próximos tempos, para no momento exacto saltar

para o seu sonho presidencial, uma vez mais. Além disso, há o facto de Veiga ser tido como uma espécie de sombra permanente na vida do MpD, condicionando-o muitas vezes com a sua própria agenda. É o caso do "casamento envergonhado" com antigos dissidentes oriundos do PCD de que ele, Veiga, é tido como o principal promotor.

Entretanto, enquanto as coisas permanecem vagas, a última DN já traçou qual a principal prioridade do MpD para os próximos tempos. "A próxima Convenção vai ser de carácter electivo, pelo que não se exclui a possibilidade de o MpD encontrar uma candidatura que seja consensual para cumprir a principal meta do partido, que é a sua vitória nas eleições autárquicas de 2008", revelou o porta-voz do encontro, o autarca do Paul, Américo Silva.

JVL/ADP

PORTO NOVO

Amadeu Cruz pode ser figura do consenso



Membro da Direcção Nacional do Movimento para a Democracia e presidente da Câmara do Porto Novo, Amadeu Cruz poderá vir a assumir a coordenação do MpD naquela cidade da ilha das montanhas. Cruz é visto como uma alternativa de consenso que poderá unificar e preparar o partido para os próximos embates eleitorais, as autárquicas de 2008.

A demissão do coordenador do MpD no Porto Novo baralhou as cartas ventoinhas e não será ainda nesta semana que a Assembleia Concelhia deve reunir-se para eleger uma nova liderança. É que antes, e principalmente depois que foi posta de lado, e em definitivo, a possibilidade de uma recandidatura de Osvaldino Silva, o MpD ainda procura uma figura de consenso, que possa aproximar os militantes e preparar o partido para os próximos embates eleitorais, as eleições autárquicas de 2008. "Há ainda muita fricção no seio dos militantes por causa das últimas eleições, que

me colocaram como coordenador do MpD no Porto Novo. Mas como temos de resolver esses atritos e preparar a estrutura para os próximos desafios que o MpD vai ter que enfrentar, a única pessoa que neste momento oferece garantias é Amadeu Cruz", admite Silva.

Outro problema com que o partido se depara e que acaba por "bloquear" o trabalho local, de acordo com o ainda coordenador do MpD/Porto Novo, é o custo de uma Assembleia Concelhia, que implica deslocar militantes e dirigentes de todo o concelho. Aliás, exactamente para evitar que a situação se arraste com gastos financeiros e de imagem para o MpD é que alguns militantes, incluindo o coordenador, decidiram propor Cruz para assumir o partido, enquanto figura ventoinha de maior visibilidade no município.

Cláudio Santos, um dos altos responsáveis do MpD no Porto Novo, apoia inteiramente a intenção de Silva de propor Amadeu Cruz para en-

cabeçar uma lista única para a direcção do partido. Quanto às dívidas que remontam às eleições passadas e às actuais legislativas e presidenciais, Santos assevera que o partido precisa ser criativo para resolver os seus problemas, seja através de parcerias com a sociedade civil, seja estimulando os militantes a pagar as quotas.

Recorde-se que Osvaldino Silva colocou o cargo à disposição em consequência dos resultados conseguidos pelo seu partido nas legislativas de Janeiro, que ditaram a derrota do MpD no Porto Novo. Ainda num primeiro momento, Silva ponderava a hipótese de voltar a assumir a direcção do partido, no entanto, de acordo com informações apuradas por A Semana, alguma pressão interna e, principalmente, a decisão de Agostinho Lopes de abandonar a liderança do MpD levou-o a reconsiderar e a "continuar a apoiar o partido fora de qualquer cargo".

Constância de Pina



Obras do Dja d'Sal embargadas

Um dos maiores investimentos em Cabo Verde, a Dja d'Sal Moradias, avaliado em cerca de 150 milhões de euros, encontra-se embargado nesse momento por ordem da Câmara Municipal do Sal. De acordo com o edil Jorge Figueiredo, o empreendimento estava a funcionar sem licença de construção, daí a medida.

O facto foi a história do primeiro dia da VI Sessão Plenária Municipal que aconteceu na terça-feira, no Salão Nobre do Paços do Concelho. O embargo que ocorre há cerca de duas semanas, de acordo com a própria direcção da Turinvest Holding, empresa dona da obra, foi contestado por alguns intervenientes, entre eles, Humberto Lélis, membro do referido grupo e

responsável por uma das suas empresas, a CaboCem.

Lélis mostrou-se indignado com tal facto que, considera, vai contra os interesses do Sal, uma ilha de investimentos por excelência, além de que centenas de trabalhadores dependem de um investimento como aquele. Para Lélis, mais uma vez, a CMS adoptou uma postura não dialogante em jeito de quem "quer, pode e manda". Na contra-ofensiva, Jorge Figueiredo respondeu que não poderia fechar os olhos a uma situação de ilegalidade, já que uma fiscalização às obras mostrou que elas decorriam sem licença de construção, e sem projecto de arquitectura aprovados, "e não por culpa da CMS", defende, já que os projectos terão sido elaborados e

aprovados no estrangeiro.

Para Figueiredo, é "incompreensível que um investidor do porte de Andrea Stefanina, que está há 10 anos em Cabo Verde, não conheça as regras". E acrescenta: "Nós temos que começar a pensar que este país é um país de regras e de regras sérias" e que elas devem ser seguidas por todos. E continua: "Não podemos aceitar que seja posto um embargo de obra e as pessoas continuem a trabalhar, porque acha que não deve responder a um auto de embargo", salienta. Entretanto, fontes de Turinvest garantem que o embargo foi respeitado imediatamente à sua notificação.

O edil, acrescentou à sua aparente indignação, que não aceita que se venha a "colocar

as coisas de forma invertida". Quanto à alegada preocupação de Humberto Lélis com os trabalhadores da obra, Figueiredo questiona a sua razão de ser e pergunta: "Quando essas obras terminarem esses cento e tal trabalhadores irão para onde? Continuarão a trabalhar num investimento pronto? Ião imediatamente para casa!", conclui.

Entretanto, contactada por A Semana, a gerente da Turinvest Holding, Lylian Oliveira, confirmou a situação de embargo que, segundo ela, "se deve a algumas situações técnicas, mas que estão sendo ultrapassadas". Oliveira adianta que o grupo que representa está a negociar com a CMS a situação que acredita, ficará resolvida em breve. **KS**

Instalação do SIGOA-TOPS em Cabo Verde

Cabo Verde é o 12º estado membro da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental a receber o Sigoa-Tops, um Sistema Informatizado de Gestão das Oportunidades de Negócios desenvolvido pela CEDEAO, em parceria com a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) e com o Centro de Comércio Internacional (CCI). O Sigoa-Tops tem como objectivo primeiro promover e dinamizar as trocas comerciais entre os países da nossa sub-região.

O Sigoa-Top está instalado na Direcção Geral do Comércio, na Praia, e terá uma representação na Direcção Regional do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade no Mindelo. José Júlio Monteiro Sanches, director geral do Comércio, explica que o Sigoa-Tops é um instrumento de gestão dos contactos comerciais e de divulgação de informações sobre bens e serviços e sobre oportunidades de negócio. Baseia-se no conceito de bolsas de contacto entre exportadores e importadores e constitui o primeiro módulo do Sistema Cedeao de informações económicas e comerciais ECOWAS - TINET.

O Sigoa-Tops está sediado no Centro Informático Comunitário da Cedeao em Lomé, Togo, que é o correspondente regional do referido programa. "O sistema dispõe de uma rede de correspondentes nacionais nos estados membros, aos quais cabe, em concertação com o correspondente regional, a gestão do sistema a nível nacional, designadamente a introdução e actualização de informações recebidas das empresas, incluindo o seu tratamento e disponibilização", indica José Júlio Monteiro Sanches.

Entre as informações disponibilizadas pelo Sigoa-Tops, destacam-se o perfil das empresas, a oferta e a procura, os concursos públicos de bens e serviços, o catálogo electrónico de produtos, informações diversas sobre empresas, produtos e serviços, estatísticas dos países da Cedeao, de entre outros dados considerados relevantes.

Para a instalação do Sigoa-Tops em Cabo Verde, segundo o director geral do Comércio, uma missão técnica da Comunidade Económica dos Países da África Ocidental esteve em Cabo Verde de 20 a 29 do corrente mês. Durante a sua estada entre nós, os seus técnicos ministraram formações, na Praia e no Mindelo, ao pessoal correspondente e representantes das direcções gerais do Comércio, Indústria, Energia, Alfândegas, membros dos Associações Comerciais, e Câmaras de Comércio, para além de trabalhar e sensibilizar os operadores económicos.

Importa realçar que para participar do sistema, informa José Júlio Monteiro Sanches, os operadores económicos nacionais devem registar as suas empresas na Direcção Geral do Comércio na Praia e na delegação do MECC em São Vicente e, mais adiante, nos pólos do sistema que serão criados noutros departamentos, designadamente nas associações representativas da classe empresarial cabo-verdiana. **CP**

Sexta-feira, 31 de Março de 2006

Mudanças no BCA e Interatlântico

A Caixa Geral de Depósitos decidiu mexer nas peças que representam aquele grupo português no Banco Comercial do Atlântico e no Banco Interatlântico. Assim, Miguel Afonso vai ceder o cargo de presidente da Comissão Executiva do BCA a João Henrique Real Pereira, que liderava o conselho de Administração do Interatlântico, que passa a ser gerido por José Valentim Barbieri.

A mudança de administração no BCA foi consumada ontem, quinta-feira, durante a Assembleia Geral da empresa, que confirmou também Real Pereira como o novo representante da CGD naquele banco comercial. A troca de liderança no Interatlântico foi aprovada pelos accionistas na quarta-feira. E foi anunciada no mesmo dia à Comunicação Social numa conferência de imprensa promovida

pelos accionistas do BI - CGD e privados cabo-verdianos - que serviu de pretexto para os sócios refutarem uma possível alienação dos 70 por cento das acções que a Caixa Geral detém no Interatlântico.

A esse propósito, Daniel Chambel Fernandes, representante do grupo português em Cabo Verde, chegou a considerar inconveniente falar-se "em venda do Interatlântico", por se tratar de um banco "em constante projecção no mercado". "O Interatlântico é um banco que pelo seu posicionamento no mercado tem-se afirmado. E estamos muito satisfeitos com a parceria e a nossa presença em Cabo Verde. Estamos cá para ficar", promete Chambel Fernandes, para quem a participação da CGD em dois bancos comerciais de características idênticas num mercado pequeno como o de Cabo

Verde é "uma mensagem de confiança para os investidores estrangeiros e nacionais. Dos 22 países onde a Caixa está presente, Cabo Verde é dos que tem apresentado uma evolução mais interessante em termos de potencial futuro".

Entretanto, segundo fontes de A Semana, continua em aberto uma possível saída da CGD do Banco Interatlântico. O assunto estará a ser tratado entre os altos responsáveis do grupo português, pelo que o anúncio de uma eventual venda da participação que a Caixa detém no BI terá apanhado de surpresa os accionistas cabo-verdianos, que teriam visto como "uma traição" a decisão do accionista português. O certo é que a CGD quer mesmo reformular a sua participação no sistema financeiro cabo-verdiano. A recomposição dos órgãos sociais do BI e do BCA é um sinal claro dessa mudança.

Direito de resposta

Ao abrigo da lei da imprensa, pedimos a Vossa Excelência se digne aceitar o direito de resposta ao esclarecimento da CVTelecom, assinado pelos Senhores Administradores, Dr. Humberto Bettencourt Santos e Eng. Carlos Nuno Leite, publicado no Jornal A SEMANA n.º 252, mandando publicar o seguinte:

1 - Não é verdade que do Instituto das Comunicações e das Tecnologias de Informação - ICTI tivessem saído informações a propósito do CASO CONTACT CABO VERDE porquanto, sendo aquele Instituto um organismo regulador, quaisquer informações que o veiculam devem constar de documento escrito e assinado por quem de direito ou então proferidas pelos membros do Conselho de Administração.

2 - Não é postura do ICTI trazer a público informações de carácter confidencial visando qualquer operador através da Comunicação Social; o ICTI dá o tratamento às questões dentro dos parâmetros da sua competência e tem os canais próprios para se comunicar com os operadores regulados, nos termos legais.

3 - O pretenso esclarecimento da CVTelecom acabou por mais não ser do que uma tentativa de manchar a imagem do ICTI, atribuindo-lhe informações que não prestou a nenhum órgão de informação. Rejeitamos desde logo qualquer tentativa de agressão do género e podem estar certos de que cumprimos com toda a lealdade e firmeza a nossa missão.

Praia, aos 22 de Março de 2006,
David Gomes-Presidente Interino

Já foi criada a Comissão que deve discutir com o Governo e a Electra a questão do abastecimento de energia e água em todos os municípios do país. Esta decisão foi tomada no Conselho Geral da Associação Nacional dos Municípios de Cabo Verde (ANMCV), realizado nos dias 23 e 24 últimos, na Cidade de Santiago, antiga Cidade Velha.



ELECTRA

na mira da ANMCV

A Comissão deve encontrar uma saída para os problemas de distribuição de luz e água que os municípios têm enfrentado, alguns dos quais com cortes sistemáticos de energia desde o ano passado.

Uma situação agravada ainda mais com as frequentes avarias nos geradores, caso da Cidade de São Filipe, Fogo, que até hoje, vive uma "situação crítica e altamente perturbadora da normalidade de vida dos consumidores", segundo uma fonte desse concelho.

Recorda-se que vários municípios e utentes já manifestaram públicamente o seu descontentamento frente ao serviço prestado pela Electra, exigindo do governo medidas urgentes e eficazes,

que assegurem, com normalidade, a distribuição de energia e água ao país. É de lembrar ainda que, em Outubro de 2005, os praienses realizaram uma passeata para denunciar os sucessivos cortes de energia na capital. E Praia só saiu dessa situação "aflictiva" graças aos geradores disponibilizados pelo Governo à Empresa de Electricidade e Água.

Essas manifestações levaram o Primeiro Ministro, José Maria Neves, a admitir a intenção de renegociar com Portugal a parceria que levou à privatização da Electra em 2000. Só que, até hoje, nada de concreto em relação àquela empresa, daí a preocupação da ANMCV em relação à ELECTRA. Um

outro assunto que mereceu especial atenção dos autarcas cabo-verdianos reunidos na Cidade de Santiago na quinta e sexta-feira da passada semana é o acesso à Universidade Pública de Cabo Verde. Discutiram também o projecto de modernização municipal, toponímia, cadastro, Sistema Nacional de Protecção Civil e o seu impacto nos municípios, o problema da lei dos solos, entre outros. Participaram no encontro, além dos 17 municípios membros da ANMCV, os cinco novos concelhos criados, nomeadamente São Salvador do Mundo, São Lourenço dos Órgãos, Ribeira Grande (Santiago), Santa Catarina (Fogo), e Tarrafal (São Nicolau), estes na qualidade de observadores.

Mergulhadores do Maio recebem formação

Um grupo de mergulhadores da ilha do Maio, que normalmente se dedicam à pesca da lagosta e dos peixes de fundo como actividade económica e geradora de rendimentos, está a frequentar um curso de mergulho, ministrado por um técnico francês ligado ao Projecto Pesca Maio. Este projecto é financiado pela Fundescan-Canárias e conta com apoios da Câmara Municipal e da Associação dos Pescadores da Ilha do Maio.

A vereadora do pelouro das Pescas e Actividades Económicas da Câmara Municipal do Maio, Teresa Fortes, explica que a formação, que arrancou na última terça-feira, 28, confere aos formandos um diploma internacional de mergulho. Para além de ensinar alguma técnica aos mergulhadores da ilha, que são autodidactas, espera-se que estes fiquem mais capacitados para exercer a sua actividade económica.

Por outro lado, prossegue a entrevistada d'A Semana, "Maio é uma ilha com fortes potencialidades turísticas e, no futuro, o mergulho pode ter muito impacto, sobretudo na exploração das riquezas e das belezas do mar, além de continuar a ser uma útil ajuda no exercício da sua actividade económica, agora com maior segurança e técnica".

Teresa Fortes destaca ainda a importância do curso para a pesca de fundo e da lagosta, uma actividade com grandes potencialidades e que poderá se traduzir em resultados para os mergulhadores a nível da rentabilidade. Sobre este particular, a autarca lembra que a acção é apoiada pelo Projecto Pesca Maio, que é vocacionado para a formação. "Esta segunda fase do Projecto Pesca Maio arrancou em Abril de 2005 e vai até Julho do corrente ano. Durante esse período foram ministrados formações nos domínios do GPS (navegação), conservação do pescado, primeiros socorros e agora mergulho", conclui. CP

Sexta-feira, 31 de Março de 2006

Pescadores de S. Pedro inauguram sede da sua Associação



A Associação Nova Geração dos Pescadores de São Pedro (ANGP-SP) assinala amanhã, sábado, o seu quarto aniversário com actividades desportivas e culturais e inauguração da sua sede. Uma semana depois, dia 15, ANGP-SP realiza uma assembleia-geral para eleger novos órgãos sociais.

Celestino Oliveira, presidente do Conselho de Direcção da ANGP-SP, é até agora o único candidato.

Oliveira pede mais tempo para dar vazão aos projectos que a associação tem em carteira. "Criámos esta associação para fazer algo de palpável para a nossa comunidade. Em quatro anos fizemos muitas coisas, mas há ainda muito por fazer", explica este responsável, que se guia pelos sinais positivos que aparecem neste momento para prosseguir o trabalho que a associação está a desenvolver em prol da comunidade piscatória de São Pedro.

Para já inaugura-se próximo dia 15, a nova sede da associação. Trata-se de um edifício antigo cedido pelo governo, que o recuperou, equipou e transformou num novo espaço para a ANGP-SP. Ali vai funcionar também

um centro de informática, uma reivindicação da comunidade de São Pedro que nunca teve acesso a computadores e Internet.

Esta associação tem ainda em carteira a construção de uma Casa do Pescador. A iniciativa conta com apoio da Câmara de São Vicente e do governo de Cabo Verde que, de acordo com Oliveira, já disponibilizou um espaço para acolher o projecto. Também há uma infraestrutura desportiva para os jovens da localidade. Neste particular, segundo Oliveira, a ANGP-SP e o governo rubricaram um protocolo e parte do financiamento já está depositada na conta da associação, que aguarda apenas o aval da Câmara para iniciar os trabalhos de construção.

Relativamente ao programa comemorativo do 4º aniversário da ANGP-SP, o seu arranque está previsto para amanhã, sábado, com jogos de ringue e um torneio de futebol de praia. No domingo haverá provas de natação juvenil, feminino e masculino, jogos de busca, uril, atletismo e regata de botes a remo, entre outras actividades.

Constância de Pina

Associação Zé Spencer 'espalha-se' na ilha do Sal

Os amigos e colegas do malgrado Zé Spencer, que criaram a 12 de Fevereiro de 2005, em São Vicente, a Associação Zé Spencer - Benemerência e Promoção de Actividades Culturais, Desportivas e Técnicas, prometeram levar esta colectividade aos quatro cantos do país e estão a cumprir. É assim que, hoje, sexta-feira, 31, é apresentada no Sal, depois de São Vicente, São Nicolau e Santo Antão, a referida associação. A cerimónia deverá acontecer por volta das 18h, no auditório da Biblioteca Municipal da ilha do Sal, nos Espargos.

Esta é a forma que esse grupo de amigos e colegas encontrou

para honrar e perpetuar a memória do engenheiro Zé Spencer, falecido a 11 de Fevereiro de 2004. E como já vem sendo hábito nestes encontros, uma homenagem será prestada ao malgrado por um dos seus ex-companheiros do Liceu Gil Eanes, cabendo desta feita a honra a Maria Madalena Tavares, que enaltecerá as qualidades de Zé Spencer e dirá aos presentes que "nunca se calam as recordações e homenagens aos homens e mulheres que em vida foram respeitados e aplaudidos".

Embora admita não ter sido uma das pessoas mais próximas do malgrado, Madalena Tavares justifica que, por ser mais velha e admirar a sua postura já vertical, observou-o como o orgulho da

classe estudantil e da cabo-verdianidade. E mais, a "sua presença evocava uma personalidade que foi captar ao seu meio os elementos mais preciosos: da família, da cultura e do sistema educativo. Ditou valores, criou empatia. Tudo nele tinha uma lógica por isso não poderia ter sido um mito".

Depois da ilha do Sal, a Associação Zé Spencer deverá apresentar-se na ilha maior, Santiago, onde se espera angariar um grande número de sócios, sobretudo colegas do liceu, amigos e conhecidos das lides políticas cabo-verdianas com os quais o falecido lidou em vida.

CP



Professores reivindicam aumento salarial

Os mais de mil professores do ensino secundário, que dizem auferir um rendimento "incompatível" com a função que exercem, exigem, através do seu sindicato, SINDEP, um aumento salarial que pode ir até 25%.

O presidente do Sindicato Nacional dos Professores, Nicolau Furtado, espera que o aumento salarial seja contemplado no Orçamento Geral do Estado de 2006, a ser aprovado proximamente pela Assembleia Nacional. "O governo deve rever a grelha salarial dos professores, que vêm auferindo um rendimento incompatível com a função que exercem actualmente, sobretudo os do ensino secundário (PES) que se sentem, lesados com a tabela salarial em vigor", afirma o sindicalista.

Furtado acrescenta que o sindicato que dirige já levou essa exigência dos docentes à mesa de negociações com o governo, estando os técnicos da Educação a trabalhar numa contra-proposta que será discutida nas próximas rondas negociais entre as partes.

O líder do Sindep salienta que esta é uma reivindicação antiga e vem desde os tempos em que Ondina Ferreira era ministra da Edu-

cação, altura em que houve uma mudança na grelha salarial que beneficiou apenas os professores de Ensino Básico (PEB). "Em 1997, na sequência do protesto dos PES, o governo concedeu um aumento de 2.500\$00 para cada professor do Ensino Secundário", explica a mesma fonte, para quem, com as últimas promoções concedidas pelo actual governo, há casos caricatos em que vários professores do ensino primário auferem salário e reforma superiores aos do ensino secundário que possuem grau de licenciatura.

Mas as reivindicações da classe docente não ficam por aqui. Esta solicita ao executivo que mande pôr termo à quota de um terço nas promoções de professores, ao mesmo tempo que exige a abertura de um concurso público para avançar com as promoções, que há muito estão bloqueadas na Função Pública. Também querem que o Estado, através do Ministério das Finanças, devolva o diferencial do IUR retido na fonte desde Janeiro de 2004.

O SINDEP quer, por outro lado, que a reclassificação dos professores produza efeitos a partir do despacho da ministra da Educação, alegando que a classe não está disposta a aceitar injustiças decorrentes dos

atrasos imputáveis ao excesso de burocracia reinante no funcionalismo público.

A situação dos monitores infantis consta também do pacote acima referido. Neste capítulo o sindicato dos professores propõe que os monitores de infância que pertencem ao quadro transitório ascendam para a referência três. Isto desde que estejam habilitados com cursos específicos de formação profissional, tenham cinco anos de exercício efectivo de função com a avaliação mínima de desempenho bom e 18 meses de formação em exercício. Aos monitores que se encontram nessa mesma situação, mas habilitados com 10º ano da escolaridade, a proposta do SINDEP vai no sentido de os mesmos serem elevados para a referência 5, em escalão que corresponda a um índice remuneratório superior ao obtido na função anterior.

Este jornal sabe que essas reivindicações dos docentes estão sendo analisadas junto do governo, para depois serem negociadas com o SINDEP. É que foi impossível chegar à fala com o secretário de Estado da Educação, Otávio Rocha Tavares, apesar das tentativas nesse sentido através da directora do seu gabinete.

Alirio Dias de Pina

EUGÉNIO DUARTE

CABO-VERDIANO dirige nazarenos em África

O reverendo Eugénio Duarte foi nomeado este mês director da Igreja do Nazareno para a região de África. É o primeiro africano a ocupar esse cargo desde a fundação da Igreja do Nazareno, em 1908, nos EUA.

A cerimónia de tomada de posse teve lugar em Joanesburgo (África do Sul) e foi presidida pelo director do Departamento da Missão Mundial, Louie E. Bustle. "Com a graça de Deus farei o meu melhor", disse Duarte, no seu discurso.

Ladeado pela esposa, Maria Teresa Duarte, Eugénio Duarte afirmou ainda que sabe que, para servir, ele deve "reconhecer aqueles que receberam dons de Deus para fazer tantas coisas que eu não posso fazer". "Aprendi a seguir os meus irmãos e irmãs de muitas formas. Se Deus fez alguma coisa através de mim, é porque Ele me ensinou essa grande lição", declarou.



Por sua vez, ao tomar a palavra, Mashangu Maluleka, presidente do Colégio Teológico Nazareno de Muldersdrift, na África do Sul, expressou a gratidão, esperança e apoio da família nazarena africana para o primeiro natural do continente a tomar posse como director regional da Igreja do Nazareno. "Nós, a Igreja

Africana, queremos agradecer à Igreja Internacional por nos ajudar a assegurar que este dia chegasse. Nós empenhamos-lhe a nossa lealdade, apoio e orações unânimes", disse Mashangu Maluleka, que também exortou Eugénio Duarte a lançar a sua visão. "Iremos agrupar-nos ao seu redor. Mostre o caminho, nós seguiremos. Sabemos que o seu sucesso é o nosso sucesso como Igreja Africana", afirmou.

O presidente do Colégio Teológico Nazareno de Muldersdrift destacou ainda o facto de o cabo-verdiano Eugénio Duarte tomar posse numa época que se apresenta cheia de desafios para África, nomeadamente a pandemia do "HIV/SIDA, as preocupações financeiras e políticas e outros handicaps de que o continente negro padece. "Mas Deus nomeou-o para um tempo como este, e maior é Aquele que o chamou que aquele que está no mundo", declarou Maluleka.

Eugénio Duarte é natural da Brava, onde, ainda bastante jovem, aderiu à Igreja do Nazareno, que foi trazida ao arquipélago no início do século XX por outro bravense, João José Dias. Após completar o ensino secundário na cidade do Mindelo, Duarte foi escolhido pelo governo colonial português para ser secretário do administrador do Maio, ilha onde conheceu aquela que viria a ser a sua esposa. No pós-independência, o primeiro governo cabo-verdiano convidou-o a cursar Engenharia Electrónica em Moscovo, mas o bravense preferiu pregar o Evangelho. Ingressou no Seminário Nazareno, no Mindelo e, ao concluir o curso, partiu para Santo Antão como pastor.

Trabalhou também na Editora Nazarena, em São Vicente, foi tesoureiro do distrito cabo-verdiano, professor do Seminário Nazareno e pastor da congregação de Mindelo antes de ser eleito superintendente nacional. Mais tarde passou a ser director da Missão Nazarena na África Central e depois na África Equatorial e Ocidental.

TSF

Sexta-feira, 31 de Março de 2006

AJOC: Paulo Lima reconduzido

Paulo Lima, jornalista da RCV, foi reconduzido este fim-de-semana à frente da Associação dos Jornalistas de Cabo Verde. Ao presidir o encerramento da Assembleia-Geral da AJOC, a ministra-adjunta do primeiro-ministro, Sara Lopes, exprimiu a disponibilidade do governo em criar melhores condições de trabalho e ambiente para a liberdade de imprensa e de expressão em Cabo Verde.

Por 68 votos a favor, 19 contra e dois em branco a lista de Paulo Lima para novo mandato à frente da AJOC foi eleita este fim-de-semana pelo colectivo dos jornalistas cabo-verdianos que se reuniram, uma vez mais, na Cida de da Praia.

Ao contrário do que se chegou a prever, apenas uma lista concorreu aos órgãos sociais da AJOC, limitando-se a "oposição" a Paulo Lima a votar contra ou a questioná-lo durante os trabalhos da Assembleia-Geral. Por causa disso, houve quem acabou por desafiar claramente o grupo de Valdemar Pires e António Teixeira, ambos da TCV, a apresentarem uma lista alternativa em vez de se limitarem a criticar. A lista, como se viu, não surgiu.

Além de Lima, foram também reconduzidos Homero Fonseca para presidente da Assembleia-Geral e Maria da Luz Neves para presidente do Conselho Disciplinar e Fiscal entre outros.

Chegada a hora dos discursos de encerramento, Paulo Lima



prometeu uma Direcção mais empenhada e combativa em prol da afirmação dos jornalistas e do jornalismo que se pratica em Cabo Verde. Uma das incumbências da nova Direcção da AJOC é criar condições para a convocação de uma assembleia-geral extraordinária para rever os actuais estatutos da associação, que se mostram em vários aspectos ultrapassados.

Por seu turno, em nome do Governo, a ministra-adjunta do primeiro-ministro, Sara Lopes, que responde pelo sector da Comunicação Social, apresentou uma série de medidas que prevê para esta área. Mais do que novidade em si, saltou sobretudo à vista a disposição do Executivo em criar com a classe dos jornalistas um melhor ambiente para o desenvolvimento da comunicação social em Cabo Verde. Sara Lopes manifestou-se preocupada,

inclusive, com o fenómeno de auto-censura apontado por algumas organizações internacionais como um dos problemas que afecta a imprensa pública em Cabo Verde, desafiando os jornalistas a apontar ao governo os meios de combate a essa chaga.

A abertura de mais esta assembleia-geral da AJOC, a quinta dos seus quase 16 anos de vida, esteve a cargo do presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Aristides Lima, que recordou os tempos em que, jornalista do então Voz di Povo, aprendeu a respeitar esta categoria profissional. Um sector que, na sua opinião, tem feito um importante trabalho em prol de Cabo Verde, não obstante as críticas que se lhe possa, legitimamente, apontar. Afinal, nada nem ninguém é perfeito.